

Máquinas para processamento contínuo de metais laminados planos. Eletrotermia. Telex (011) 45079

Maxitec  
Empresa Manuf. 100 Itaboraí

CONSTITUINTE

# Antônio Ermírio pede definição das áreas de atuação do Estado

por Sérgio Garschagen de Brasília

O empresário Antônio Ermírio de Moraes criticou ontem, durante exposição na Subcomissão de Princípios Gerais e da Atividade Econômica da Assembleia Nacional Constituinte, o Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) pela inexistência de uma política industrial no País. Na sua opinião, deve existir uma clara definição dos setores econômicos típicos de atuação do governo, das empresas estrangeiras e do setor privado nacional. Essa definição só existe em relação ao setor siderúrgico: as estatais produzem aços planos e as empresas privadas, os não-planos.

Ao discorrer sobre os temas "nacionalização das pessoas jurídicas" e "re-



Antônio Ermírio Moraes

serva de mercado", Antônio Ermírio defendeu a tese de que se deve liberalizar a participação do capital estrangeiro no país, desde que as empresas multinacionais se instalem com capital de risco e não com 10% de capital próprio e

90% de capital de terceiros. Para o empresário, em todas essas questões, os constituintes devem ter "bom senso", para não liberar demasiadamente ou cercar a atividade privada excessivamente. "Sempre que há proteção excessiva há erros brutais", considerou. Para ele, as empresas de informática têm de brigar pelo mercado, após a vigência do prazo legal da reserva de mercado.

Em relação à participação de empresas estrangeiras no setor do alumínio, por exemplo, o diretor-presidente do grupo Votorantim disse que não gosta e "jamais pediria ao governo para receber energia elétrica subsidiada". Defendeu com isso o direito das grandes mineradoras de implantar suas próprias fontes geradoras de eletricidade e afirmou que as

empresas do setor de alumínio que utilizam energia subsidiada causam um prejuízo ao País de US\$ 400 milhões anuais.

Ermírio alertou os presentes ainda em relação às joint-ventures. Eximiu-se de dar uma opinião direta sobre o assunto, alegando que as propostas de joint-ventures com empresas estrangeiras devem ser analisadas e pesadas pelos próprios interessados. Ressaltou apenas que, no início de sua carreira, recebeu duas propostas, que, se tivesse assinado, "estariamos hoje no buraco". Em relação às mineradoras estrangeiras, ele questionou o fato de deterem há décadas algumas jazidas sem explorá-las e sem que nada lhes aconteça. Por isso, ele acha que a fiscalização sobre essa atividade deve ser significada.

# Proposta para reforma agrária

por Francisca Stella Fagó de Brasília

Contra a reforma agrária, na visão do ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, conspira "o quadro constitucional-legal-jurídico-institucional dentro do qual hoje operamos". Em audiência pública marcada pela subcomissão de política agrícola e

reforma agrária da Constituinte, o ministro ponderou que as saídas para uma reforma pacífica e rápida precisarão ser viabilizadas pela nova Constituição.

A proposta por ele apresentada coincide em essência com a tendência dominante entre a corrente progressista da subcomissão. A propriedade rural, conforme o ministro, deve ser conceituada como obrigação social, não como direito individual, como pretende a ala conservadora.

O ministro sustentou também que a indenização dos imóveis desapropriados deve ser feita mediante títulos da dívida agrária, com o limite máximo definido pelo valor cadastral para fins tributários. Defendeu também a desapropriação de efeitos imediatos. A espera de decisões judiciais para a União imitar-se na posse dos imóveis desapropriados, segundo o ministro, é um dos grandes obstáculos ao sucesso da reforma agrária.

Assim que o imóvel rural seja declarado de interesse social para fins de reforma agrária, propôs, deve passar a operar automaticamente a imissão da União na posse, permitindo-lhe o registro da propriedade. A contestação judicial da medida deve, segundo ele, restringir-se ao valor depositado.

Dante de Oliveira também alinhou-se à corrente progressista da comissão ao defender a fixação de dimensões máximas para as propriedades rurais. A fórmula que ele considera viável para implementar o conceito de módulo máximo seria a previsão constitucional estabelecendo o número de módulos rurais definindo latifúndio por dimensão.

## CONSERVADORES CONTESTAM

Muito contestado pela ala conservadora da subcomissão, o ministro ponderou que o programa nacio-

## Defesa da igualdade para as mulheres

por Thaís Bastos de Brasília

As reivindicações são antigas e conhecidas, mas não o 'slogan', que entra pelo Congresso Constituinte proclamando: "Somos a mãe de outra mãe". Assim a representante das trabalhadoras do brejo paraibano, Antônia da Cruz, definiu a mulher no contexto social e político brasileiro, reclamando igualdade de direitos dentro do mercado de trabalho.

Falando à subcomissão de Direitos dos Trabalhadores, a sindicalista lembrou que as mulheres já correspondem a 34% da força de trabalho do País, mas não contam com direitos garantidos em lei que as possibilitem continuar a serem mães e donas-de-casa.

Maria Elisete de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Tecelagem e Fiação da Bahia, lembrou ainda os preconceitos "brancos", como a necessidade da mulher apresentar "boa aparência" para conseguir emprego, "quando aos homens isto nunca é exigido, bastando-lhes apresentar capacidade para o trabalho", afirmou.

Elas firmou as duas únicas mulheres a prestar depoimentos à subcomissão, que encerra hoje as audiências públicas. Dentro de cinco dias o relator da subcomissão, deputado Mário (PMDB/BA), entregará seu primeiro parecer, na forma de anteprojeto, a ser debatido pelos demais membros da subcomissão.

## Posições opostas

por Francisca Stella Fagó de Brasília

Entre os 24 relatores das subcomissões da Constituinte, o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) seguramente tem pela frente problemas especiais. Como relator da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, ele terá de enfrentar posições marcadamente opostas sobre questões fundamentais para ter o seu relatório aprovado pela maioria absoluta dos membros da subcomissão.

Os progressistas, incluindo o próprio relator, defendem a possibilidade de o poder público imitar-se na posse dos imóveis rurais imediatamente após a desapropriação, mediante o depósito judicial do valor. Seria aplicado às propriedades rurais o sistema hoje vigente para os imóveis urbanos. Defendem também a fixação de dimensões máximas para as propriedades ru-

rais, variando entre sessenta e cem módulos.

A corrente conservadora dos 21 membros da subcomissão opõe-se radicalmente a essas propostas. Essa corrente sustenta que as grandes propriedades são mais eficientes, podem adotar tecnologias sofisticadas e devem ser preservadas.

No relatório que deverá apresentar até a próxima segunda-feira, Lima Filho terá também de superar outro conflito, entre os que consideram a propriedade como obrigação social, tal como conceituada na Constituição alemã, e os que a consideram direito individual.

Para ser aprovado, o relatório precisará de maioria absoluta dos votos da subcomissão. Caso não consiga, a Comissão de Ordem Econômica apresenta relatório próprio sujeito à apreciação de seus membros.

nal de reforma agrária começou do zero na Nova República. O deputado Rosa Prata, do PMDB de Minas Gerais, sustentou que o programa não passa de mero discurso. Não é preciso, segundo Rosa Prata, desapropriar terras. O governo deve concentrar-se nos projetos de colonização, distribuindo terras devolutas.

Uma democracia que se preze, contestou o ministro, não pode compulsoriamente forçar os cidadãos a se deslocarem para a ocupação de fronteiras agrícolas. A colonização só pode ser uma entre várias alternativas. Mais de 90% das terras devolutas concentram-se na região Norte, uma pequena parte em Mato Grosso do Sul e em Goiás; os estados do Sul e Sudeste não têm terras devolutas. Por essa razão, segundo o ministro, o argumento de restringir a distribuição de terras à coloni-

zação não altera o quadro da excessiva especulação nas regiões mais desenvolvidas.

Dante de Oliveira admite que os resultados do trabalho do seu ministério estão aquém das metas fixadas no programa nacional de reforma agrária. O programa previa a desapropriação de 4,6 milhões de hectares de terras improdutivas e só desapropriou 1,6 milhão de hectares. Mais recursos para a reforma agrária não teriam melhorado esses resultados. Fundamental, segundo ele, é aumentar a capacidade de trabalho. Isso, observou, começa a ser feito com a autorização do presidente da República para a contratação de 1,2 mil técnicos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através de concurso, cujo trabalho poderá ser potencializado com o fim dos obstáculos legais hoje vigentes.

## O DIEESE apresenta três reivindicações

por Thaís Bastos de Brasília

O presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Joel de Oliveira, levou à Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores na Constituinte três reivindicações básicas do movimento sindical: redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, garantia no emprego e representação dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Ressaltou o fato de que, como oitava economia mundial, o Brasil tem uma jornada de trabalho, no meio urbano, superior em seis horas à jornada da Inglaterra, em oito horas à jornada dos Estados Unidos e em mais de oito horas às jornadas do Canadá, da Itália, da Alemanha Ocidental e da França.

A reivindicação encontra argumentos, segundo o presidente do DIEESE, na necessidade de garantir postos de trabalho, "já que a tecnologia moderna caminha cada vez mais em direção da substituição da força de trabalho humana pela máquina". Apesar disso, lembrou que, justamente no período de consolidação da industrialização brasileira, a estabilidade no emprego foi "trocada" pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tornando mais fácil a dispensa de empregados pelo setor produtivo.

M a x R o s c m a n n

(PMDB/PR) informou haver apresentado à subcomissão uma proposta de instituir multas às empresas que dispensarem empregados sem justa causa. Joel Oliveira contestou afirmando que gastos com multas podem ser repassados aos preços e não significam garantia de emprego.

O presidente do DIEESE lembrou ainda aos constituintes que os funcionários públicos tinham estabelecido de no emprego (Lei nº 3.682, de fevereiro de 1923) até a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, e citou vários exemplos de tratamento da estabilidade em outros países.

Finalmente sobre a apresentação dos trabalhadores no local de trabalho, Joel Oliveira destacou que o propósito é democratizar não só os organismos de gestão econômica e social do País mas também as relações de emprego. Ele considera que é a única forma de haver fiscalização eficiente dentro das empresas, e lembrou que várias escolas do pensamento administrativo elegem mecanismos de participação do aumento do produto, de redução do conflito capital/trabalho.

Sobre o tema, o constituinte Paulo Paim (PT/RS) sugeriu a substituição das atuais Cipas (Comissões Internas para Prevenção de Acidentes por comissões de fábrica, "mais abrangentes e combativas", qualificou.